

**HABEAS CORPUS Nº 528.311 - SP (2019/0247167-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : JOSE MAURICIO CAMARGO  
**ADVOGADO** : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE FERNANDO PAULINO BERNARDO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR. CASSAÇÃO PELO TRIBUNAL A *QUO*, EM SEDE DE AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. GRAVIDADE ABSTRATA E CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **José Fernando Paulino Bernardo**, em que se aponta como autoridade coatora a Quarta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 0004195-56.2019.8.26.0521 - fls. 15/22).

Narra-se que o paciente obteve a progressão ao regime semiaberto em 30/5/2019, no PEC n. 0003828-32.2019.8.26.0521 (fls. 24/25). Irresignado, o Ministério Público recorreu, tendo o Tribunal *a quo* cassado a decisão do Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Sorocaba/SP e determinado a realização de exame criminológico a fim de verificar o eventual preenchimento do requisito subjetivo antes de nova concessão de benefícios (Agravado de Execução Penal n. 0004195-56.2019.8.26.0521 - fls. 15/22). Eis a ementa (fl. 16):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - PEDIDO DE CASSAÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU QUE DEFERIU O BENEFÍCIO DA PROGRESSÃO DE REGIME FUNDADO NA AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO - OCORRÊNCIA - NECESSIDADE REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO - DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO, COM DETERMINAÇÃO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sobreveio o presente writ, em que se argumenta, em suma, que A lei federal n. 10.792 que entrou em vigor no dia 01/12/2003, não mais exige o prévio parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico do reeducando para a instrução do pedido de progressão de regime, sendo suficiente, além do requisito temporal, a comprovação de bom comportamento carcerário emitido pelo Diretor do estabelecimento prisional (fl. 5).

Ressalta-se, ademais, que se o Juiz das Execuções Criminais, que mantém relação próxima e ciente dos acontecimentos da vida carcerária dos reeducandos sob sua jurisdição, entendeu satisfeitos os requisitos legais, inclusive nada obstando quanto o mérito, não há que se modificar decisão que se pautou nos estritos ditames legais, seja da Lei n. 7.210/84 ou da Lei n. 10.792/03, e na análise das condições pessoais do paciente (fl. 6).

Sustenta-se, por fim, que o pedido de progressão que fora deferido pelo Juízo do Deecrim da 10ª RAJ da Comarca de Sorocaba está devidamente instruído com o **B.I. E ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO**, restando, deste modo, comprovado os requisitos do artigo 112 da LEP [...]. Deste modo, flagrante e inconstitucional o v. acórdão do TRIBUNAL COATOR que determinou a regressão do Paciente ao regime fechado, para realização de exame criminológico, sem qualquer fundamentação idônea, contrariando o que dispõe a orientação legal e jurisprudencial, sujeitando o paciente a manifesto constrangimento ilegal (fl. 13).

Requer, assim, seja concedida a medida liminar pleiteada para que o paciente aguarde a decisão de mérito do Habeas Corpus em regime semiaberto e, ao final, a ordem definitiva, julgando-se procedente a pretensão impetrada no presente writ, para o fim de reconhecer a ilegalidade da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo ora atacado e restabelecer o regime concedido em primeira instância pelo Juiz da Execução, permitindo assim o cumprimento progressivo da pena nos termos do artigo 112 da LEP (fl. 14).

Em 21/8/2019, deferi a liminar, sob estas razões (fls. 37/40):

À primeira vista, presentes os pressupostos autorizadores do pedido liminar. Basta uma leitura do acórdão ora impugnado para perceber que não foi apresentada motivação suficiente para a cassação do benefício. Confirmam-se estes trechos (Agravado de Execução Penal n. 0004195-56.2019.8.26.0521 - fls. 17/22 – grifo nosso):

O agravante cumpre pena total de 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de homicídio qualificado, com o seu término previsto para 13/11/2026, conforme Boletim Informativo (fls. 15/16).

Postulou o benefício da progressão ao regime semiaberto, que foi deferida pelo Juiz *a quo*, sob o fundamento de que ele preencheu os requisitos objetivo e subjetivo, dispensando a realização de exame criminológico (fls. 21/22).

Ao que parece, o requisito objetivo é incontroverso, vez que não foi alvo de inconformismo das partes.

**Entretanto, quanto ao requisito subjetivo, ressalto que o atestado de boa conduta carcerária, por si só, não se mostra aceitável para avaliar o mérito do condenado**, pois *"ingressando no meio carcerário o sentenciado se adapta, paulatinamente, aos padrões da prisão [...] estimulado pela necessidade de se manter vivo e, se possível, ser aceito no novo grupo. Portanto, longe de estar sendo ressocializado para a vida livre, está, na verdade, sendo socializado para viver na prisão. É claro que o preso aprende rapidamente as regras disciplinares na prisão, pois está interessado em não sofrer punições"*.

Aliás, o "atestado comprobatório de comportamento carcerário", apesar de trazer a ideia de avaliação completa, por expressa determinação regulamentar **reflete apenas a disciplina do condenado**, ou seja, mera constatação *"stricto sensu"*, nos termos do artigo 85 e 88 da Resolução SAP - 144, de 29 de junho de 2010, que institui o Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo:

*"Artigo 85 - para fins administrativos, o comportamento do preso recolhido em regime fechado e em regime semiaberto, nas unidades prisionais sob responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária, é classificado como:*

*I - ótimo, quando decorrente da ausência de cometimento de falta disciplinar, desde o ingresso do preso na prisão, ocorrido no mínimo há um ano, até o momento do requerimento do benefício em Juízo.*

***II - bom, quando decorrente da ausência de cometimento de falta disciplinar ou de registro de faltas disciplinares já reabilitadas, desde o ingresso do preso na prisão até o momento do requerimento do benefício em Juízo;***

*III - regular, quando registra a prática de faltas disciplinares de natureza média ou leve, sem reabilitação de comportamento.*

*[...]*

*Artigo 88 - **Deve ser rebaixado o conceito de comportamento do preso que sofrer sanção disciplinar**, em quaisquer regimes de cumprimento de pena". (grifei)*

**Ocorre que "comportamento carcerário" deve ser avaliado de forma**

"*lato senso*", ou seja, não somente o desempenho disciplinar individual.

Com efeito, em que pese à alteração do artigo 112, da Lei de Execução Penal, entendo que essa perícia complementar continua sendo importante para que se possa apreciar se o condenado reúne, ou não, méritos para concessão dos benefícios, especialmente tratando-se de crime praticado contra a vida da vítima.

[...]

No presente caso, o sentenciado praticou homicídio qualificado, crime hediondo extremamente grave, que envolve violência contra a vítima, implicando em ofensa à sua vida por meio de disparos de arma de fogo, após desferir diversas coronhadas na região da cabeça, de modo maior cautela deve haver para o deferimento de qualquer benefício, exigindo uma análise mais detalhada, sobretudo quanto ao requisito subjetivo, para que demonstre estar reabilitado, merecendo retornar ao convívio social.

Nesse sentido, observo que José Fernando não foi submetido ao exame criminológico, perícia complementar necessária para avaliar se o sentenciado preenche os requisitos subjetivos mínimos para concessão do benefício almejado.

[...]

Portanto, necessária se torna a realização do exame criminológico para que se possa melhor avaliar se o sentenciado reúne ou não condições pessoais para concessão de novos benefícios.

Ocorre que, além de contar com atestado de bom comportamento carcerário emitido pelo diretor do estabelecimento prisional (fl. 25), não consta dos autos a existência de falta disciplinar.

Ademais, o *Superior Tribunal de Justiça* já se manifestou no sentido de que a gravidade do crime ou a longa pena a cumprir não constituem fundamentos idôneos para indeferir o pedido de progressão de regime, especialmente quando dissociados de elementos concretos, ocorridos no curso da execução penal (HC n. 248.488/SP, Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, DJe 30/10/2012).

Há mais, por exemplo: HC n. 306.516/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 12/12/2014; e HC n. 286.099/RJ, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 16/8/2016.

Por tal razão, **defiro** a liminar para suspender os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no Agravo de Execução Penal n. 0004195-56.2019.8.26.0521 até o julgamento final deste *writ*.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora e ao Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Sorocaba/SP - DEECRIM 10ª RAJ - sobre os fatos alegados na inicial, no prazo de 20 dias e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Prestadas as informações (fls. 48/85 e 86/95), o Ministério Público Federal opinou pela concessão do *writ*, com a confirmação da liminar deferida (fl. 99):

**EMENTA:** *Habeas Corpus*. Execução. Decisão de progressão reformada

com base na gravidade do delito, condicionando o benefício à realização de exame criminológico. Ilegalidade. Jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a realização do referido exame exige fundamentação concreta baseada em fatos da execução, a tanto não se prestando as circunstâncias do crime, ainda que especialmente reprováveis. Juízo de piso que atesta a satisfação dos requisitos legais exigidos para a concessão do benefício.

**Parecer pela concessão do writ, com a confirmação da liminar deferida.**

É o relatório.

A questão posta em discussão diz respeito à ilegalidade na cassação do benefício de progressão de regime prisional pelo Tribunal de origem.

Aos fundamentos já explicitados por ocasião do exame do pleito liminar (fls. 36/40), trago a lume, diante da precisão dos argumentos utilizados pelo *Parquet*, a fundamentação delineada no parecer, que **adoto como razões de decidir**, na parte em que interessa (fls. 100/101 – grifo nosso):

Colho do acórdão impugnado:

[N]o presente caso, o sentenciado praticou homicídio qualificado, crime hediondo extremamente grave, que envolve violência contra a vítima, implicando em ofensa à vida por meio de disparos de arma de fogo, após desferir diversas coronhadas na região da cabeça, de modo que maior cautela deve haver para o deferimento de qualquer benefício, exigindo uma análise mais detalhada, sobretudo quanto ao requisito subjetivo, para que demonstre estar reabilitado, merecendo retornar ao convívio social.

Nesse sentido, observo que José Fernando não foi submetido ao exame criminológico, perícia complementar necessária para avaliar se o sentenciado preenche os requisitos subjetivos mínimos para concessão do benefício almejado. [...]

Portanto, necessária se torna a realização do exame criminológico para que se possa melhor avaliar se o sentenciado reúne ou não condições pessoais para concessão de novos benefícios. [...] (e-STJ Fls. 19/20 e 22).

Claro está, portanto, que o condicionamento da progressão ao exame criminológico foi determinado unicamente em virtude da gravidade do delito, o que é ilegal, segundo a jurisprudência desse Superior Tribunal de Justiça:

[2]. Na espécie, a ordem de realização de exame criminológico para instruir pedido de progressão ao regime semiaberto fundamentou-se, tão somente, na gravidade abstrata do delito pelo qual foi condenado o paciente e na longa pena a cumprir.

3. Sobre a matéria, esta Corte Superior de Justiça pacificou entendimento no sentido de que fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, de modo que a avaliação do cumprimento do requisito subjetivo somente

poderá fundar-se em fatos ocorridos no curso da própria execução penal.

5. *Habeas corpus* não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para, confirmando a liminar anteriormente deferida, determinar que o Juízo das Execuções Criminais proceda à análise do pedido de progressão de regime prisional formulado em benefício do apenado sem a realização de exame criminológico, avaliando o cumprimento do requisito subjetivo somente em fatos ocorridos no curso da própria execução penal.

(HC 531.277/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 18/09/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO E NEGATIVA DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO PARA A OBTENÇÃO DA BENESSE. ORDEM CONCEDIDA PARA PROMOVER A PROGRESSÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que cumpre ao julgador verificar, em cada caso, a necessidade, ou não, de realização do exame criminológico, podendo dispensá-lo ou, ao contrário, determinar sua realização, desde que mediante decisão concretamente fundamentada na conduta do apenado no decorrer da execução, nos termos da Súmula 439/STJ.

2. A gravidade do delito praticado, o receio de conceder o benefício ao reeducando e a falta grave prescrita não podem justificar a exigência de exame criminológico ou fundamentarem a negativa de progressão de regime com base no critério subjetivo.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 512.104/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 12/09/2019)

Outrossim, segundo o juízo de piso, "A fração necessária à progressão de regime já ora resgatada, restando comprovado o bom comportamento carcerário. Presentes, portanto, os requisitos legais" (e-STJ Fl. 53).

Sob esta moldura, à vista dos precedentes desta Corte Superior e acolhendo o parecer ministerial, **concedo** a ordem a fim de cassar o acórdão impugnado, restabelecendo, por consequência, a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Sorocaba/SP (DEECRIM 10ª RAJ), que concedeu o benefício da progressão de regime ao sentenciado **José Fernando Paulino Bernardo** (PEC n. 0003828-32.2019.8.26.0521).

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator